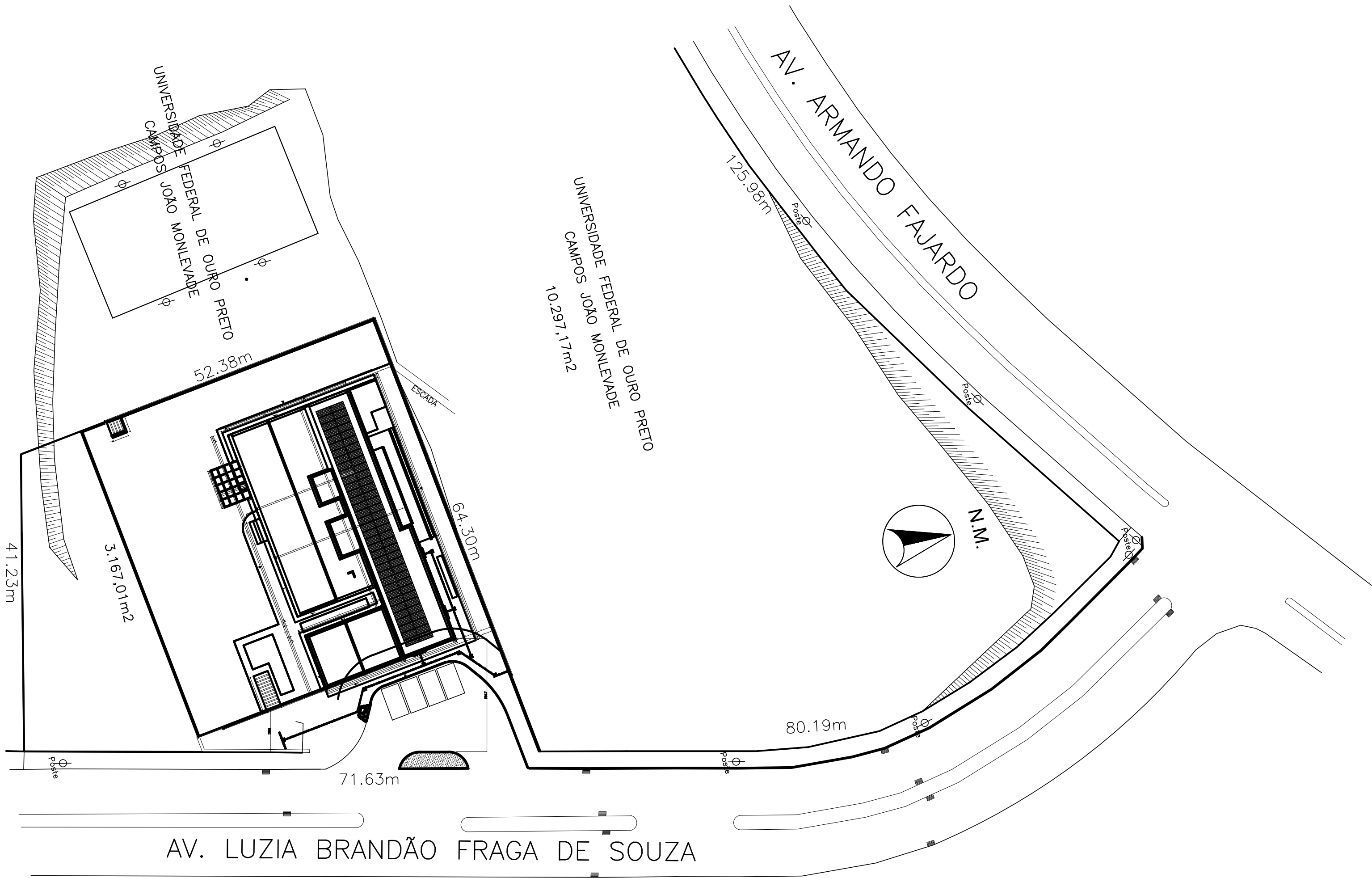


COBERTURA

Escala: 1:200



SITUAÇÃO / LOCAÇÃO

Escala: 1:200

NOTA:

- 1- A implantação da Unidade Básica de Saúde é sugerida em terreno com dimensões mínimas de 40m (largura) x 53m (profundidade), conforme representada nesse projeto referenciado.
- 2 - Deve ser desenvolvido projeto executivo detalhado para cada localidade, considerando os acessos principais, as condicionantes do terreno e as condições de insolação e ventos predominantes para favorecer as estratégias passivas de conforto ambiental.
- 3 - A implantação do Projeto Referenciado em cada localidade deverá obrigatoriamente atender as normas de acessibilidade NBR 9050 e demais normas, códigos e posturas edilícias de cada municipalidade.
4. Deverá ser seguido o projeto de climatização desenvolvido por profissional devidamente habilitado, de acordo com as normas vigentes, garantindo as condições de conforto e salubridade da edificação. Todos os ambientes que não possui janelas terão sistema de climatização artificial com renovação de ar.
5. Para execução da obra deverá ser seguido este projeto de arquitetura conjuntamente com o projeto de cada disciplina complementar específica (estruturas, fundações, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, Proteção e Combate à Incêndios, Proteção contra descargas atmosféricas, Gases Medicinais, Climatização e demais projetos que se fizerem necessários).
6. Deverá ser realizado o levantamento planialtimétrico para a locação da obra em cada terreno específico onde o projeto referenciado será implantado.
7. Recomenda-se a previsão de instalação de Gerador Cabineado a depender das condições de geração e atendimento de energia de cada localidade. Ficando essa implantação a cargo do município.

Atos normativos seguidos para a elaboração do projeto:

Portaria de Consolidação no 2, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre a Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

RDC Nº 50/2002 da ANVISA - Estabelece o Regulamento Técnico para o planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

RDC Nº 51/2011 ANVISA - Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências.

RDC Nº 65/2011 ANVISA - Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.

RDC Nº 222/2018 ANVISA - Regulamento as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde.

RDC Nº 36/2013 ANVISA - Instruções para a segurança do paciente em serviços de saúde.

RDC Nº 15/2012 ANVISA - Requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde.

RDC Nº 19/2017 ANVISA - Requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.

ABNT NBR 9050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

ABNT NBR 12.189/2016 - Sistema centralizada de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em estabelecimentos de saúde.

ABNT NBR 7256/2016 - Tratamento de ar em Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS) - Requisitos para projeto e execução das instalações.

Além das normas estabelecidas pelos catálogos técnicos da ABNT e correlatos, a contratada deverá consultar e aplicar, quando pertinente, as normas indicadas na Biblioteca de Temas de Serviços de Saúde disponível em Biblioteca de temas de serviços de saúde (www.gov.br).

* O Projeto de implantação será de responsabilidade do Município onde a Unidade Básica de Saúde será implantada e deverá conter todas as informações necessárias para que a edificação funcione de maneira completa, assim como apresentar os projetos, memoriais e detalhamentos para a perfeita realização das movimentações de terra necessárias (terraplenagem), compactação de terreno, adequação das fundações conforme a sondagem que deverá ser realizada in loco, acessibilidade, esvaziamento e vaso sanitário, iluminação externa, de acesso ao lote, entre outros, atendendo os códigos e normas municipais; bem como a adaptação do projeto executivo à legislação do Município onde será construído. Caberá ao Proponente implantar o projeto de referência no terreno escolhido para a construção, complementando o sistema de encaixes e projetos com as informações necessárias e suficientes ao processo licitatório do empreendimento como um todo.

** Independente da utilização integral ou parcial da solução disponibilizada pelo Ministério da Saúde, no caso o Projeto Referenciado, e de responsabilidade do proponente, a implantação do projeto no terreno e as aprovações em todos os órgãos competentes, os quais se obrigam a exigir o recolhimento de ART e ou RRT dos responsáveis técnicos pelos respectivos projetos de implantação e aprovações nos devidos órgãos competentes, assim como o cumprimento das normas, legislações e códigos edilícios de cada local.

Quadro de Áreas de Cobertura		
Legenda	Descrição	Área (m²)
	Tela em Fibrocimento	613,73
	Tela em Polícarbonato Transparente	21,08

Quadro de Cimento e Rolo	
Nome	Compimento (m)
Cimento em Fibrocimento	34,08
Rolo	108,11

Quadro de Cálculo	
Nome	Compimento
Cálculo 01	7,50
Cálculo 02	16,70
Cálculo 03	20,00
Cálculo 04	5,25
Cálculo 05	6,90
Cálculo 06	3,50
Cálculo 07	4,20
Cálculo 08	6,24
Cálculo 09	20,00
Cálculo 10	108,00 m

PREFEITO: Laércio José Ribeiro	PROC:	
SECRETÁRIO: Gustavo José Dias Maciel		
TÍTULO: Projeto Arquitetônico	USO: Hospitalar / Construir	
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PORTE 3	ZONA: Zud - 02	
ENDEREÇO: Av. Luzia Brandão Fraga de Souza, bairro Loanda, João Monlevade.	ÁREA TERRENO: 3.167,01m²	
	ÁREA CONSTRUÍDA: 775,00m²	
PROPR: Prefeitura Municipal de João Monlevade	TAXA OCUPAÇÃO: 24,48%	
	COEFICIENTE APROVEITAMENTO: 0,24	
R.T.	DESENHO:	
Júlio Bruno Leite Júnior	DATA: Agosto/2023	FOLHA: 02 / 14
Crea - 80.199 / D		